

Sumário

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	13
1. INTRODUÇÃO.....	19
2. A FUNDAMENTALIDADE DO DIREITO À PROVA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	25
2.1. As Funcionalidades da Dogmática Jurídica Aplicadas à Teoria dos Direitos Fundamentais	26
2.2. A Realização do Espaço Constitucional: Fusão entre Texto e Realidade	30
2.3. É Possível Falar da Existência de um Direito Fundamental à Prova no Brasil?	34
2.3.1. Catálogo materialmente aberto dos direitos fundamentais.....	35
2.3.2. Argumentação jurídica e atribuição de sentidos aos direitos fundamentais	41
2.3.3. A natureza do direito à prova no sistema jurídico brasileiro.....	44
2.3.4. Direito à prova e a dupla dimensão dos direitos fundamentais	49
2.3.4.1. A dimensão jurídico-objetiva dos direitos fundamentais e seus desdobramentos	50
2.3.4.2. Os direitos fundamentais na perspectiva jurídico-subjetiva	55
2.4. Estrutura do Direito Fundamental à Prova.....	59
2.4.1. Direito à produção de provas: acesso e preservação das fontes de prova	62
2.4.2. Direito a que as provas sejam produzidas no processo	68
2.4.3. Direito à adequada valoração das provas.....	75
2.4.4. Direito à motivação das decisões judiciais.....	80

3. GARANTISMO PROCESSUAL PENAL E RACIOCÍNIO PROBATÓRIO	85
3.1. A Relação entre Estado de Direito, Constitucionalismo e Democracia	86
3.2. Garantismo e Garantias Processuais Penais	94
3.2.1. Princípio da legalidade processual e as imprecisões da linguagem (vagueza, ambiguidade e porosidade)	103
3.2.2. O princípio da intervenção mínima e seus corolários subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade: reflexos sobre a admissibilidade probatória	111
3.2.3. Um viés minimalista e garantista do princípio da presunção de inocência	119
3.2.4. O devido processo legal e suas variadas acepções	124
3.3. Garantismo e a Dimensão Epistemológica do Processo	128
3.3.1. Epistemologia: uma aproximação necessária	129
3.3.2. O que a epistemologia não é: Teeteto e o conhecimento	131
3.3.3. A explicação de fenômenos naturais: da ontologia onírica ao surgimento dos métodos racionais-científicos	133
3.3.4. Falibilidade e incerteza científicas	137
3.3.5. Concepções que fundamentam alguns modelos probatórios e as ideias de verdade que professam	141
3.4. Cognitivismo Processual e a Reconstrução Histórica dos Fatos Guiada pela Epistemologia Judiciária	149
3.5. A Busca da Verdade Enquanto Finalidade Precípua do Processo Penal e os Poderes Instrutórios do Juiz	163
 4. FATOS E ARGUMENTAÇÃO: COMO A EPISTEMOLOGIA AUXILIA O DIREITO A RECONSTRUIR O PASSADO	 173
4.1. Os Universos do Direito: Entre Normas Jurídicas e Fatos	174
4.1.1. Direito e literatura: as narrativas nos contextos processual e probatório	177
4.1.2. Relatos sobre fatos: o problema de como o ser humano conhece o mundo	181
4.1.3. Argumentação jurídica e as narrativas processuais das partes na construção das estratégias discursivas	184
4.1.3.1. Emprego de argumentos de ordem formal	187
4.1.3.2. Utilização de argumentos de natureza material	189
4.1.3.3. Uso de argumentos pragmáticos	191

4.2.	Contexto de Descoberta e Contexto de Justificação: Algoritmos e o Risco de se Amplificar Estereótipos no Sistema de Justiça.....	192
4.3.	Prova e Atitudes Proposicionais	198
4.3.1.	Prova sem convicção do julgador	199
4.3.2.	Aceitabilidade e contexto de justificação probatória	202
4.3.3.	O raciocínio teórico e o raciocínio prático na argumentação sobre fatos	205
4.4.	Narrativas Processuais Enquanto Objeto de Prova	209
4.5.	CrITÉrios de Valoração das Narrativas Processuais	211
5.	A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E OS STANDARDS PROBATÓRIOS COMO PARÂMETROS DE CONTROLE DA MOTIVAÇÃO DE FATOS NA SENTENÇA PENAL	215
5.1.	Standards Probatórios e a Desgastada Dicotomia <i>Common Law Versus Civil Law</i>	217
5.2.	O Perfil Conceitual dos <i>Standards</i> de Prova	221
5.3.	Exigências Epistêmicas para a Adequada Formulação de <i>Standards</i> Probatórios e as suas Finalidades Institucionais.....	227
5.4.	Funções dos <i>Standards</i> Probatórios.....	235
5.5.	A Disfuncionalidade dos <i>Standards</i> Probatórios Aplicáveis ao Processo Penal Brasileiro: A Decisão de Pronúncia e a Fórmula <i>In Dubio Pro Societate</i>	239
5.6.	Fórmulas de <i>Standards</i> Probatórios Aplicáveis à Sentença Penal.....	243
5.6.1.	Além de toda a dúvida razoável.....	243
5.6.2.	Modelos fundados na plausibilidade relativa	249
5.6.2.1.	A fórmula de Laudan	250
5.6.2.2.	Modelo de Allen e Pardo	253
5.6.2.3.	Prova sem convicção: a estratégia de Ferrer Beltrán.....	255
5.7.	A Argumentação Jurídica e a Adoção de um Modelo Probatório Fundado em <i>Standards</i> Intersubjetivamente Controláveis	260
5.7.1.	O universalismo como frágil critério de justificação dos modelos fundados em plausibilidade relativa.....	261
5.7.2.	Modos de descrever o direito e o emprego de conceitos interpretativos na formulação de <i>standards</i> probatórios	265
5.7.3.	Objetivismo x intersubjetivismo: <i>standards</i> probatórios como guias do conteúdo argumentativo da decisão sobre fatos.....	274
6.	CONCLUSÃO	279
	REFERÊNCIAS	287

